

OPERAÇÃO CAMANDUCAIA: MEMÓRIA E TESTEMUNHO DA VIOLÊNCIA ESTATAL CONTRA “MENORES”

Victor Costa Lopes

Vlândia Jucá

OPERATION CAMANDUCAIA: MEMORY AND TESTIMONY OF STATE VIOLENCE
AGAINST “MINORS”

OPERACIÓN CAMANDUCAIA: MEMORIA Y TESTIMONIO DE LA VIOLENCIA DE
ESTADO CONTRA “MENORES”

RESUMO

“Operação Camanducaia” foi um episódio de violência policial ocorrido em 1974, no qual dezenas de garotos recolhidos das ruas de São Paulo foram torturados e abandonados nus nas redondezas da cidade mineira de Camanducaia. Em 2020, o jornalista Tiago Rezende de Toledo recuperou essa história ao realizar o documentário “Operação Camanducaia”, através do qual resgatou a memória do que se passou e as incidências da violência na vida dos sobreviventes. Partindo de uma discussão histórica sobre a posição de marginalização que os “menores” ocupam no imaginário social brasileiro, este trabalho toma como objeto de análise o filme em questão para discutir o potencial traumático da violência estatal perpetrada contra as crianças e os adolescentes retratados pela obra. As reflexões aqui propostas se fundamentam a partir de conceitos psicanalíticos, em especial das considerações apresentadas por D. F. Antonello em seu livro “Trauma, memória e figurabilidade na literatura de testemunho” (2020). O autor levanta a hipótese de que as memórias decorrentes de eventos traumáticos podem extrapolar os limites dos conceitos freudianos de recalque e representação, o que impõe certos desafios ao aparelho psíquico. Antonello convoca, portanto, os conceitos de figurabilidade e testemunho para contribuir no pensamento acerca desse encaminhamento psíquico. O presente trabalho destaca, portanto, esses três eixos - memória e trauma; figurabilidade; e testemunho - para analisar o documentário. Dessa forma, estabelece-se relações importantes entre processos traumáticos e a realidade brasileira dos “menores”, destacando como o gesto de realização da obra cinematográfica em questão pode trazer contribuições para o encaminhamento desses processos traumáticos.

Palavras-chave: Operação Camanducaia; Trauma; Memória; Figurabilidade; Testemunho; Violência Estatal; Menores.

ABSTRACT

“Operação Camanducaia” was an episode of police violence that occurred in 1974, in which dozens of boys picked up from the streets of São Paulo were tortured and abandoned naked in the vicinity of the city of Camanducaia, Minas Gerais. In 2020, journalist Tiago Rezende de Toledo revived this story by making the documentary “Operação Camanducaia”, through which he rescued the memory of what happened and the incidences of violence in the lives of the survivors. Starting from a historical discussion about the marginalized position that “minors”

occupy in the Brazilian social imaginary, this work takes as its object of analysis the film in question to discuss the traumatic potential of state violence perpetrated against the children and adolescents portrayed in the work. The reflections proposed here are based on psychoanalytic concepts, especially the considerations presented by D. F. Antonello in his book “Trauma, memória e figurabilidade na literatura de depoimento” (Trauma, memory and figurability in testimonial literature) (2020). The author raises the hypothesis that memories resulting from traumatic events can go beyond the limits of Freudian concepts of repression and representation, which poses certain challenges to the psychic apparatus. Antonello therefore calls upon the concepts of figurability and testimony to contribute to the thinking about this psychic approach. This paper therefore highlights these three axes - memory and trauma; figurability; and testimony - to analyze the documentary. In this way, important relationships are established between traumatic processes and the Brazilian reality of “minors”, highlighting how the gesture of producing the film in question can contribute to the direction of these traumatic processes.

Key words: Operation Camanducaia; Trauma; Memory; Figurability; Testimony; State Violence; Minors.

RESUMEN

La “Operación Camanducaia” fue un episodio de violencia policial ocurrido en 1974, en el que decenas de niños, recogidos en las calles de São Paulo, fueron torturados y abandonados desnudos en las inmediaciones de la ciudad de Camanducaia, Minas Gerais. En 2020, el periodista Tiago Rezende de Toledo revivió esta historia con el documental “Operación Camanducaia”, a través del cual rescató la memoria de lo sucedido y las incidencias de la violencia en la vida de los sobrevivientes. Partiendo de una discusión histórica sobre la posición marginal que ocupan los “menores” en el imaginario social brasileño, esta obra toma como objeto de análisis la película en cuestión para abordar el potencial traumático de la violencia estatal perpetrada contra los niños, niñas y adolescentes retratados en ella. Las reflexiones propuestas aquí se basan en conceptos psicoanalíticos, especialmente las consideraciones presentadas por D. F. Antonello en su libro “Trauma, memória e figurabilidade na literatura de depoimento” (Trauma, memoria y figurabilidad en la literatura testimonial) (2020). El autor plantea la hipótesis de que los recuerdos resultantes de eventos traumáticos pueden ir más allá de los límites de los conceptos freudianos de represión y representación, lo que plantea ciertos desafíos al aparato psíquico. Por lo tanto, Antonello hace un llamado a los conceptos de figurabilidad y testimonio para contribuir a la reflexión sobre este enfoque psíquico. Por lo tanto, este artículo destaca estos tres ejes: memoria y trauma; figurabilidad; y testimonio - para analizar el documental. De esta manera, se establecen relaciones importantes entre los procesos traumáticos y la realidad brasileña de los “menores”, destacando cómo el gesto de producir la película en cuestión puede contribuir a la dirección de estos procesos traumáticos.

Palabras clave: Operación Camanducaia; Trauma; Memoria; Figurabilidad; Testimonio; Violencia de Estado; Menores.

Introdução

Em outubro de 1974, diversos jornais do país estampavam em suas manchetes informações difusas sobre um caso que se tornaria emblemático no contexto da ditadura militar brasileira. A revista *Fatos e Fotos* noticiou o que chamou de “O escândalo dos meninos deportados”, enquanto *O Globo* destacava que “90 menores ladrões foram espancados e abandonados em Minas”. A *Folha de São Paulo* nomeou sua matéria como “De madrugada, invasão em Camanducaia”, ao passo que *O Jornal da Tarde* descreveu o ocorrido como “A aventura dos pequenos ladrões”. Mas talvez o trecho mais elucidativo sobre o acontecido tenha sido publicado pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que descreveu a ação como “degradante episódio da ‘deportação’ de 90 menores, que se achavam ilegalmente retidos nos cárceres do DEIC [Departamento Estadual de Investigações Criminais] e que foram soltos, nus e famintos, nas proximidades da cidade mineira de Camanducaia” (O drama dos menores, 1974).

Ao serem abandonados em território desconhecido, parte das crianças e dos adolescentes “invadiram” a cidade mais próxima, pulando os muros das casas e adentrando estabelecimentos da região em busca de roupa e comida. Em pouco tempo, o delegado de plantão providenciou o retorno do grupo a São Paulo, pois em suas palavras, “de forma alguma poderia deixar Camanducaia transformar-se num viveiro de marginais precoces” (Delegado Esclarece, 1974), não obstante nem todos aqueles jovens tivessem histórico de conflito com a lei.

Alguns dos garotos estão ainda espantados. Suas histórias, registradas na ocorrência, são incompreensíveis. Não sabem porque foram presos e misturados aos outros. W. M. V., de 16 anos, (...) foi preso no dia 17, às 11h45, na porta de casa e levado ao 28.º DP e depois enviado ao Deic. Trabalha na fábrica de retentores Sabó, na seção de embalagens. S. A. C., de 14 anos, (...) foi preso dia 12, na rua Voluntários da Pátria, quando ia para o serviço. S. S., de 15 anos, (...), foi preso no Parque D. Pedro, quando esperava a namorada. J. A. S. G., de 15 anos, (...), foi preso numa padaria, nas proximidades da sua casa, quando comprava pão. (Marques e Gilberto, 1974, p. 6)

Em pouco tempo, essa ação de violência policial seria batizada pela imprensa como “Operação Camanducaia”. Contudo, em uma época em que o regime militar dominava os aparatos políticos e judiciais do Brasil, as investigações acerca da operação seguiram tímidas e nunca resultaram na identificação e condenação dos responsáveis. Além disso, a história foi marcada por inúmeras versões e contradições acerca da identidade desses jovens, das reais intenções dos policiais implicados e até do grau de envolvimento e responsabilização de cada membro da corporação.

Lançado em 2020, o documentário “Operação Camanducaia”, dirigido por Tiago Rezende de Toledo, tenta juntar as peças desse quebra-cabeça. Através de entrevistas e arquivos históricos coletados pelo diretor, “Operação Camanducaia”, atualmente disponível na plataforma CurtaOn, reconstrói o emaranhado de acontecimentos que se desenrolou durante e após aquela noite de terror. O filme confronta diversas narrativas perpetradas à época, que pretendiam legitimar a operação ao afirmar que as crianças e os adolescentes envolvidos eram todos “trombadinhas”, o que contribuía para o apagamento de suas condições enquanto sujeitos e os destituía da posição de vítima de violência. Como aponta Mariana Wikinski em suas reflexões sobre episódios de violência estatal, “(...) quem atravessou estas situações como vítima leva consigo essa experiência como marca” (Wikinski, 2021, p. 43). Do ponto de vista psicanalítico, o potencial traumático dessa circunstância não pode ser ignorado, e as memórias dela decorrentes podem ganhar contornos bastante específicos.

Em seu livro “Trauma, Memória e Figurabilidade na Literatura de Testemunho” (2020), Antonello trabalha com a hipótese de que as memórias decorrentes de eventos traumáticos podem extrapolar os limites dos conceitos freudianos de recalque e representação, o que impõe certos desafios ao aparelho psíquico na elaboração das experiências vividas. Nesses casos, a apreensão dos acontecimentos traumáticos não chega a se ligar a energias pulsionais, dificultando um reposicionamento do sujeito frente ao episódio; sua percepção crua e sensorial é mantida em um estado de memórias ultraclaras, que em um processo de compulsão à repetição, irrompe em forma de “sonhos e flashbacks, contendo imagens súbitas e literais daquilo que experimentaram” (Antonello, 2020, p. 26).

Antonello utiliza a noção de “figurabilidade” para falar do processo através do qual a marca deixada no psiquismo pode ser elaborada e tornar-se uma representação. O autor defende ainda a literatura de testemunho como um processo onde o trabalho de figurar se faz presente por permitir que os sujeitos narrem, de forma direta, os acontecimentos traumáticos e os enderecem a outra pessoa. Esse endereçamento a uma alteridade que legitime os relatos é fundamental, como veremos adiante.

Compreendendo a importância de resguardar do esquecimento histórias como “Operação Camanducaia”, este trabalho se propõe a pensar como as questões relativas à memória, ao trauma, à figurabilidade e ao testemunho, concebidas a partir das proposições de Antonello e de sua leitura sobre a obra freudiana e ferencziana, podem se materializar no documentário “Operação Camanducaia” (2020) em um contexto de violência estatal praticada

contra a infância, destacando também de que forma a realização do filme guarda semelhanças com o processo de escrita da literatura de testemunho no que se refere aos encaminhamentos psíquicos diante de eventos potencialmente traumáticos.

Em guerra com os menores

Em maio de 1975, a *Revista Manchete* produziu uma reportagem especial intitulada “São Paulo: 600 mil menores abandonados”, na qual o Coronel Erasmo Dias, então Secretário de Segurança do Estado de São Paulo, explicitava o dilema do que fazer com esse grande contingente de “menores abandonados”. Em termos históricos do pensamento assistencial brasileiro, o país vivia o período de institucionalização pós-64, caracterizado pela criação da Funabem, a nível federal, e das unidades estaduais da Febem, que diante da “sentença de abandono retirou a criança da responsabilidade dos pais, da comunidade e da sociedade, transferindo-a para o Estado e seus prepostos” (Silva, 1997, p. 46-47).

Na referida reportagem, Erasmo Dias classifica a quantidade de “menores” abandonados como “o maior problema deste país” (Gandara, 1974, p. 27). Que fosse um Secretário de Segurança a expressar tal preocupação já apontava para o quanto o debate sobre a “menoridade” estava associado, como ainda hoje, à violência urbana. Na reportagem, o coronel é enfático: “Não adianta esse negócio de Pró-Menor, de Bem-Estar, de Tutelar. Temos de uma vez por todas que declarar guerra, enfrentar o problema como se enfrenta uma guerra” (Gandara, 1974, p. 27).

O ciclo de violência contra crianças e adolescentes abandonados parece se retroalimentar por uma lógica do medo perante esses sujeitos, representados fortemente pela figura do “trombadinha”. Bastava abrir alguns periódicos da época para ver manchetes como “Polícia em guerra com os trombadinhas” (*Notícias Populares*, 12 de dezembro de 1974), “Trombadinhas prejudicam as vendas de fim de ano” (*Notícias Populares*, 12 de dezembro de 1974) e “‘Trombadinhas’ são calamidade pública” (*Diário da Noite*, 22 de outubro de 1974), indicando o quanto esses corpos já eram marcados pelo signo da marginalização. Em publicação intitulada “Como São Paulo trata os seus menores” do *Jornal da Tarde*, um relatório de representantes do poder judiciário aponta:

Apesar dessa realidade, o Estado quase nada investiu em relação ao atendimento do menor infrator, que, na ausência de estabelecimento adequado, acaba sendo recolhido às celas de delegacias de polícia e as cadeias públicas do interior, até atingir a maioridade, quando passa a ser entendido

pelo sistema penitenciário com a personalidade deturpada e deformada, pela falta de amparo e reeducação na época oportuna, com grave prejuízo para a sociedade, em vidas humanas, em dinheiro e na manutenção de um aparato repressivo e punitivo custoso e de duvidoso resultado (...). Pergunta-se: o que ganhou a sociedade, praticamente permitindo - quando não criando um criminoso - que se torna muitas vezes cruel e perigoso? (Como São Paulo trata seus menores, 1974)

As referências simbólicas e imaginárias tecidas em torno dos “menores”, movidas pelo afeto do medo – esta importante moeda política (Safatle, 2016) – justificou, ao longo da história das políticas públicas voltadas para a infância e para adolescência no Brasil, práticas que caminham na direção da institucionalização, sobretudo dos jovens pobres, negros, indígenas e oriundos das camadas mais pobres da população.

A cultura da institucionalização (Rizzini & Rizzini, 2004), inaugurada na chegada da modernidade ao país no início do século XX, perdura até hoje e se reafirma em debates apaixonados acerca, por exemplo, da redução da maioridade penal. Os espaços promotores de institucionalização são vários e, a título de exemplo, podemos citar: as unidades do socioeducativo que funcionam em regime fechado, as internações psiquiátricas (sobretudo, as de longa duração), as comunidades terapêuticas e os abrigos para deficientes. Importante lembrarmos desta marca cultural brasileira, pois estamos vivendo um período de grande tensionamento das políticas públicas que oscilam entre a figura do “menor”, um sujeito que não pode falar por si e, se pobre, será visto sob a égide da periculosidade; e as infâncias e adolescências plurais, através das quais crianças e adolescentes são tomados como sujeitos psíquicos e de direito.

Crianças e adolescentes tratados como “menores” carregam marcas simbólicas e imaginárias do lugar ocupado que lhes foi reservado no campo social. Para os que foram vítimas da Operação Camanducaia, o elemento traumático não se localiza apenas nas ações dos policiais naquela noite, mas também em uma cultura que sistematicamente deslegitima a dor e a condição de sujeito dos jovens em questão. Mesmo os que não eram institucionalizados foram, naquele momento, colocados nesta posição e lidos a partir desse recorte.

Silva aponta inclusive a existência de uma “identidade institucional”, que se dá “em detrimento da identidade do eu, que em alguns casos foi completamente suprimida” (Silva, 1997, p. 177), visto que “o universo institucional é o único referencial concreto e permanente para o indivíduo” (Silva, 1997, p. 177). Esta é uma ótima definição de institucionalização, quando alguém é destituído de sua história e suas marcas identitárias, para ser visto, falado e

abordado, através de um lugar cristalizado. Silva também faz referência aos “ataques ao território do eu” vivenciados pelos jovens, que muitas vezes não têm consciência nem da lógica que preside os procedimentos de institucionalização nem das suas consequências futuras (Silva, 1997, p. 188).

O processo de institucionalização deu lugar ao fenômeno mais grave da prisionização, e a multirreincidência fechou o ciclo da formação da criminalidade, consolidando a estigmatização como fator adstrito à identidade social do indivíduo e a exclusão social como fator adstrito à identidade real, pela dimensão jurídica nela implícita. Uma impede a plena (re)integração do indivíduo à sociedade e a outra impede ao indivíduo o pleno exercício da cidadania. (Silva, 1997, p. 188)

É nesse contexto de discussões sobre o que fazer com os “menores abandonados e delinquentes” que a “Operação Camanducaia” ocorre. É necessário, portanto, evidenciar a existência de um aparato sócio-político-ideológico que dá suporte para a ocorrência do episódio e que é, portanto, anterior às experiências individuais de cada jovem. A dimensão de memória e de trauma decorrentes daí situam-se em uma geografia mais ampla. Como relata Wilson Gonçalves, um dos sobreviventes da operação, em determinado momento do documentário: “Praticamente me criei sozinho, né. O mundo que me criou, praticamente. Se eu tô vivo hoje, tem que dar graças a eu mesmo”.

A memória frente ao trauma

Em seus minutos iniciais, “Operação Camanducaia” acompanha o diretor Tiago percorrendo a cidade mineira em busca de testemunhas que presenciaram a chegada dos garotos naquela madrugada chuvosa. O intuito é ter pistas a partir das lembranças dos moradores acerca dos acontecimentos. A realização do documentário, portanto, ao articular memórias dispersas em torno de um fio narrativo, entra na disputa sobre como os garotos e a violência sofrida por eles são lembrados.

Uma primeira característica percebida por Tiago refere-se a uma certo aspecto do inenarrável que permeia a situação. Uma das testemunhas, João Batista, afirma que já tinha contado a história dos garotos para várias pessoas, dentre elas, sua filha, mas ela nunca havia acreditado. Ela dizia que isso aí é “negócio do pai... o pai tá inventando” (Operação Camanducaia, 2020). Mas João Batista crava: “Era a realidade mesmo”. Uma reação espantada diante dos eventos, a qual aponta para a dimensão absurda daquilo que é vivido.

Ao falar sobre as doenças traumáticas, Freud diz que seus surgimentos se dariam “em virtude da incapacidade de lidar com uma experiência cujo tom afetivo fosse excessivamente intenso” (Freud, 1917, p. 325). Antonello desenvolve a ideia de que tal excesso testaria os próprios limites daquilo que é representável. “Portanto, a impressão de ordem traumática não pode ser inscrita como traço mnêmico e adentrar o sistema inconsciente; ela permanece no aparato psíquico enquanto uma impressão indomada” (Antonello, 2020, p. 41).

Tais “lembranças” foram nomeadas pelos próprios pacientes como *ultraclaras*, pois eram constituídas de imagens muito nítidas, vivas e abundantemente detalhadas, que se diferenciavam das demais lembranças e recordações. (...) Ao que parece, o acontecimento traumático é conservado, na memória do sobrevivente, como um pedaço da própria realidade, recortada no momento do trauma, o que torna muito difícil ao sobrevivente tomar distância do acontecimento, isto é, enfraquecê-lo. (Antonello, 2020, p. 42-44)

Podemos pensar, portanto, que a dimensão do absurdo e do excesso está presente na situação de diversas formas. Evidentemente, é importante sinalizar que a análise proposta neste trabalho não tem como intenção imputar uma condição traumática às crianças e aos adolescentes que vivenciaram a operação, mas destacar o potencial traumático de situações como a relatada. A esse respeito, vale a pena recuperar um relato do próprio diretor do filme, compartilhado em conversa com os pesquisadores. Tiago conta que em uma das sessões onde o documentário seria exibido, um dos sobreviventes da operação, Elizeu Messias, estava na plateia, mas não conseguiu assistir a obra porque, diante das primeiras imagens, começou a passar mal. Segundo Tiago, o homem havia relatado que carregava muitas sequelas psicológicas desde o evento, entre as quais constantes pesadelos.

Sua condição é reforçada por um relatório apresentado na ocasião da abertura de um processo que Elizeu moveu contra o Estado Brasileiro, em busca do reconhecimento da violência sofrida. O documento aponta que Elizeu “padece de angústia crônica, ansiedade, depressão, insônia persistente, pesadelos, sentimentos de culpabilidade e de vergonha, isolamento e adoecimento recorrente” (Gentile, 2023), o que indica a dimensão traumática da experiência.

Um segundo aspecto que compõe o contexto de eclosão de um trauma e que é possível ser destacado a partir do filme é a destituição da condição de sujeito dos envolvidos no episódio. Xinha Carvalho, outra testemunha ouvida por Tiago, compara a situação dos garotos com a situação de animais: “Aqui tem muito cachorro de rua e a gente sempre ouviu falar que despejam cachorros de rua em Camanducaia. (...) Tanto despejam cachorros quanto

garotos, né” (Operação Camanducaia, 2020). Regina Maris complementa dizendo que até então a população da cidade não tinha informações precisas sobre o que havia ocorrido naquele dia. “Os meninos não sabiam falar o que tinha acontecido, não sabiam que lugar era aquele, por que apanharam tanto, [por que] foram quebrados, machucados...”.

A condição desumana vivenciada por esses jovens faz coro às reflexões de Antonello sobre os prisioneiros dos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial, que eram desacreditados de sua humanidade. O autor relembra que “todo recém-chegado a Auschwitz-Birkenau recebia uma tatuagem, um número, o qual, a partir daquele momento, tomava o lugar do seu nome próprio” (Antonello, 2020, p. 83) e concluía que “a tatuagem era o sinal indelével da coisificação do sujeito” (Antonello, 2020, p. 83).

Não muito diferente, o filme nos mostra, em determinado momento, uma matéria de jornal contendo a descrição de uma suposta reunião realizada entre policiais. Na ocasião, eles buscavam soluções de como identificarem os “menores delinquentes” para facilitar futuras intervenções.

Um dos presentes teria proposto que se fizesse um pequeno corte na orelha dos pequenos assaltantes a fim de marcá-los. Nessa mesma linha, outro sugeriu que o corte deveria ser feito no indicador direito, “para dificultá-los no momento de bater as carteiras”. “Que tal raspar de novo suas cabeças?”. Sugestão não aceita: já foi tentada uma vez “e, depois, cabelo cresce logo”. “Já sei, marcar os meninos com tatuagens...”. Sugestão aceita, para, a seguir, ser transferida para uma problemática discussão sobre em que parte do corpo: no braço, a facilidade de encobrir; nas costas da mão, difícil de se ver; na testa, visível demais. (Operação Camanducaia, 2020)

A dimensão traumática do vivido não se manifesta apenas na carga de absurdo e excesso da experiência ou na desumanização dos sujeitos, mas também na produção de um desamparo que se reforça quando não há legitimação do sofrimento experienciado. Antonello recorre a Ferenczi e seu artigo “Confusão de língua entre os adultos e a criança” (1933) para fazer avançar essa discussão. Na cena montada por Ferenczi relativa a violência sexual infantil, há três personagens participantes do evento traumático: uma criança, um adulto abusador e outro adulto a quem a criança recorre. O autor apresenta a ideia de que o trauma não se firma apenas a partir da situação dolorosa vivenciada pela vítima, mas principalmente quando essa, sem conseguir dar sentido ao que lhe ocorreu, busca outra pessoa em quem confia, que a desacredita ou desautoriza sua dor.

Da conjunção entre esses dois momentos distintos, a violência real (abuso) e o descrédito, é configurado um trauma desestruturante ou invalidante. O

desmentido proveniente do outro, portanto, impossibilita à vítima dar sentido ou significar o acontecimento traumático. (Antonello, 2020, p. 64)

O desmentido é, portanto, um elemento essencial para se pensar o traumático. No documentário, é possível destacar diversas situações em que ocorre o que poderia-se associar a um desmentido. Quando Tiago entrevista Manoel Marques, motorista de ônibus que ajudou a recolher algumas crianças em Camanducaia, a conversa é interrompida por sua esposa, que atrás da porta questiona: “Mas pra que isso agora? Depois de tantos anos”. Tiago diz que é uma história que não pode ser esquecida e pergunta se ela sentiu medo quando seu marido lhe contou o acontecido na época. “É, a gente se assustou, porque vai que... entra no mato pra pegar... né? Foragido assim é perigoso, né”, diz ela. Manoel explica: “Mas eles não eram foragidos, Maria. A turma é que queria foragir com eles”, referindo-se aos policiais. Com essa intervenção, Manoel confronta uma ideia muito propagada à época: a de que os garotos haviam fugido de alguma instituição carcerária, atribuindo a eles uma agência que nunca existiu e eliminando vestígios da violência que haviam sofrido.

Em outro momento do filme, Tiago entrevista Celso Chagas, delegado responsável pelo arquivamento da primeira sindicância do caso. O diretor pergunta se era comum ter “menores” presos no DEIC, de onde os garotos foram levados a Camanducaia, ao que Celso responde: “Era. Tudo bandidinho, sabe? Faziam horrores, barbarizaram por aí”. Tiago então pergunta se ele achava que todos eram “bandidinhos”. Celso balbucia: “Não, eu... não sei. Eu vi uma porção lá. Uma vez ou duas”. A fala de Celso parece legitimar a violência policial a partir da condição de sujeitos em conflito com a lei associada aos garotos, buscando retirá-los de uma posição de vítima e posicioná-los como agressores.

Mais grave ainda é que esse movimento seja feito por agentes que representam o Estado, uma instância que deveria ser provedora de cuidado e não de violência para com os jovens. Essa dinâmica complexifica ainda mais o potencial traumático da situação, fazendo eco à estrutura de desmentido apresentada por Ferenczi. “O cuidador que se torna um abusador lança a criança nessa zona cinzenta, que faz vacilar todo o sentido, a esperança e, principalmente, a confiança” (Antonello, 2020, p. 79).

Se o estabelecimento de um quadro traumático passa pela deslegitimação da dor vivida, como pensar o enfrentamento ao trauma em um grupo de pessoas que é sistematicamente empurrado para a margem da sociedade? Ao analisar a pouca repercussão que casos como esse têm no Brasil, Padre Júlio Lancellotti, outro entrevistado do filme, coloca a

questão da seguinte forma: “São tipos de operações que a opinião pública, em geral, apoia. Se todos os meninos de rua, se todas as pessoas em situação de rua desaparecerem, ninguém vai sentir falta deles. Quem é que vai procurá-los?” (Operação Camanducaia, 2020).

A figurabilidade: uma seta vermelha

No caso da Operação Camanducaia, ao menos uma mãe tentou. Em depoimento, ela disse que mesmo após a polícia ter negado que seu filho tenha sido capturado na operação, ela o reconheceu em uma fotografia em preto e branco divulgada na ocasião, “(...) e apontou o menor que é assinalado por uma seta vermelha; que pelo que sabe e conhece de seu filho, diz que raspam sua cabeça; que até agora seu filho não apareceu” (Operação Camanducaia, 2020).



Figura 1 - Frame do filme “Operação Camanducaia” (2020)

A memória materializada pela fotografia e potencializada pelo risco da seta vermelha desafia a palavra de autoridade da polícia e promove uma disputa acerca da narrativa estabelecida sobre a operação, um movimento que tem semelhança com o papel atribuído à literatura de testemunho diante dos episódios de violência ocorridos. Frente a tal incursão,

Antonello retoma a discussão sobre figurabilidade e convoca outros autores a contribuírem em sua explicação.

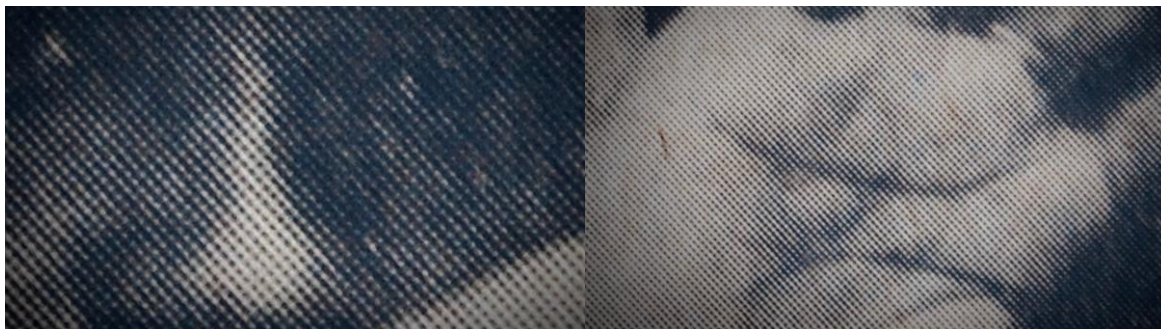
Hanns (1999, *apud* Antonello, 2020, p. 53) diz que a figurabilidade alude à produção de imagens sensoriais referentes a algo ainda inapreensível no psiquismo, enquanto Monteiro (2011, *apud* Antonello, 2020, p. 54) se refere a ela como apresentação do indizível, isto é, uma percepção alucinatória pela consciência sob a forma de uma “figura”, daquilo que, numa primeira abordagem, não se pode fazer por intermédio das representações.

Isso é possível tendo como base uma forma captável muito primitiva ou primária da impressão (índice/signo de percepção) indomada, um primeiro “enlace”, muito precário, mas que pode gerar uma forma captável ao que é psiquicamente irrepresentável. Vendo sob esse aspecto, cabe à figurabilidade promover uma forma captável à impressão muito forte que constitui o traumático, um enlace frágil, que permite à cena traumática ser revivida alucinatoriamente sob a forma de figuras sensoriais, em flashbacks e em sonhos. (Antonello, 2020, p. 52)

A figurabilidade, portanto, estaria mais próxima de uma dimensão senso-perceptória, com atuação a nível consciente, do que de uma dimensão simbólico-representativa, passível de elaboração subjetiva e encaminhamento psíquico, seja através do recalque, seja através da produção de sintomas. A figurabilidade opera como a seta vermelha da fotografia riscada acima, que insiste em sinalizar repetidamente os traços da figura da criança perdida, desprovida de qualquer instância metafórica.

Avançando na discussão e arriscando alguns desdobramentos, poderíamos pensar o cinema como um dispositivo que guarda semelhanças com a noção de figurabilidade. O que inicialmente são imagens e sons em seu estado puro, captados pela câmera e pelo gravador - o que chamamos de material bruto - é organizado tendo como norte um certo discurso narrativo. Os planos, portanto, vão sendo inscritos em uma ordem simbólica através da montagem, posicionando-se um em relação aos outros e criando uma cadeia de sentidos. O filme ainda opera sob uma lógica de potencial repetição, que pode ser projetado inúmeras vezes sem qualquer prejuízo à sua natureza.

Essa descrição, inclusive, conversa diretamente com a proposta de abertura de “Operação Camanducaia” (2020), que se inicia com recortes tão aproximados de fotografias publicadas à época que temos alguma dificuldade em compreender seu conteúdo, ou seja, dar um sentido a elas. São imagens que se destacam enquanto texturas e borrões, que dizem de uma certa intensidade e confusão, mas que não constroem uma representação mais objetiva da situação retratada.



Figuras 2 e 3 - Frames do filme “Operação Camanducaia” (2020)

É com o avançar do filme que vamos posicionando os personagens e as situações em um circuito mais amplo, estabelecendo elos e revelando as cenas em completude. A mão não é qualquer mão. O rosto não é qualquer rosto. Eles pertencem a alguém, que deixa de ser um mero “menor abandonado” e ganha contornos específicos no filme. As imagens e os sons deixam de ser material bruto e vão se organizando em uma cadeia de sentido que restitui uma posição de sujeito às crianças e aos adolescentes vítimas da violência estatal cometida.

Testemunho: achei que ninguém tinha visto

Se o trabalho psíquico que envolve o traumático passa pela operação da figurabilidade, uma questão pertinente é compreender por que vias essa figurabilidade pode ser manejada. Em seu livro, Antonello atribui à literatura de testemunho uma série de características que se mostram propícias a essa realização.

A chamada literatura de testemunho nasce a partir de relatos produzidos após a Segunda Guerra Mundial referentes aos horrores vivenciados nos campos de concentração. A natureza crua e direta das descrições não abre margens para floreios metafóricos por parte dos autores. “Desse modo, para narrar o trauma, a literatura de testemunho constitui uma forma literária limite, porque trata daquilo que é impossível de transpor para a palavra, ou melhor, daquilo que não cabe propriamente nas palavras” (Antonello, 2020, p. 85).

A primeira das características elencadas por Antonello é que, na literatura de testemunho, o movimento de escrita se dá em um processo de endereçamento ao outro. Antonello afirma que “para quem sobreviveu a uma experiência traumática, é fundamental

tornar o outro participante desse acontecimento indizível” (2020, p. 94). O outro, no caso, parece operar como fiador de uma memória, que assegura sua continuidade no mundo, para que, enfim, ela possa ser deixada para trás. Ou como afirmou Primo Levi (1998, *apud* Antonello, 2020, p. 94), “contando a própria história, é possível libertar-se dela”.

No documentário, os trinta minutos finais são dedicados à escuta de três sobreviventes da Operação Camanducaia, que anos depois, encontram-se em diferentes situações de vida. Paulo Barreto está preso, David Francisco é almoxarife em uma empresa em São Paulo e Wilson Gonçalves mora no “lar dos desamparados”. Ao contarem suas histórias, endereçam-nas em primeira instância a Tiago, que está presente no momento dos relatos, mas em última instância a um público mais amplo, que também será fiador dessa memória. Essa narrativa atualizada décadas depois possibilita que Paulo, David e Wilson se reposicionem diante de suas histórias a partir da presença de uma instância de alteridade.

Quando Paulo, por exemplo, fala sobre as violências sofridas no DEIC, inclusive as praticadas com “pau-de-arara”, Tiago pergunta se elas eram punições por algum comportamento específico, ao que Paulo responde: “tá mais pra uma perversidade, né?” (Operação Camanducaia, 2020). Ou quando David afirma sentir vergonha do episódio porque “na época chamavam a gente de trombadinha, quando eu não era”. A possibilidade de demarcar uma ação de tortura como perversidade ou disputar uma identidade social são formas de se posicionar diante de suas próprias histórias de vida, validadas pelo aparato cinematográfico, pelo olhar e pela presença do outro.

Nesse contexto, Tiago também entrevista Armando Ribeiro, um homem que, na noite da operação, era frentista de um posto de gasolina onde o ônibus que levava os garotos precisou parar para trocar um dos pneus. Quando os policiais desconfiaram que Armando poderia ter tido contato com algum dos jovens, questionaram-no violentamente sobre as informações que ele poderia ter obtido, mas Armando negou que viu ou falou com qualquer pessoa. Os policiais não acreditaram nele e colocaram o frentista dentro de um carro, espancando-o e largando-o em outra cidade.

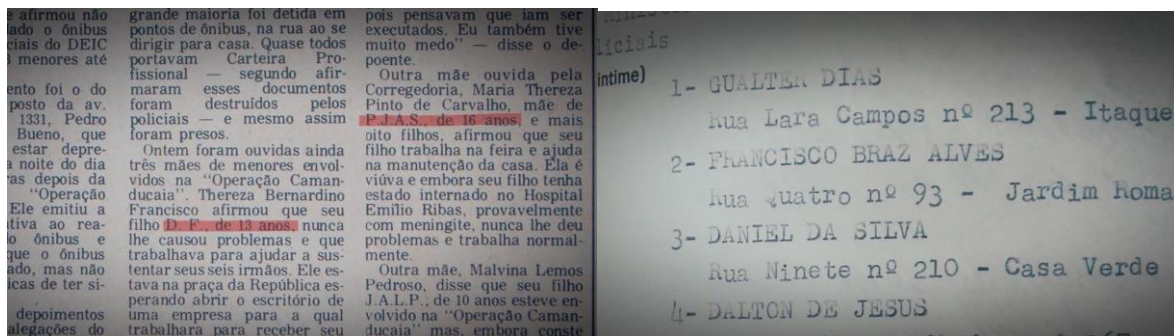
No filme, Armando se emociona ao saber que alguns garotos relataram ter visto a cena, de dentro do ônibus.

Então eles lembraram que viram me pegando? Eu achei que ninguém tinha visto, pô. Sério mesmo, achei que ninguém tinha visto. Não tinha. Naquele momento, ah, você não enxerga nada, não vê nada... Sei não, você fica perdido, fica doido. Me senti sozinho. (Operação Camanducaia, 2020)

A emoção expressa por Armando diante do reconhecimento de um outro sobre sua própria experiência traumática parece dialogar com outro momento do filme. Quando David Francisco conta sua história de forma muito vívida - “pode contar direitinho, assim?” -, empaca justamente quando tenta lembrar de uma experiência que lhe pareceu agradável naquele fatídico dia, mas cuja lembrança lhe escapa. “Deram roupa pra nós nesse intervalo aí... e deram comida, mas eu não lembro a fisionomia da pessoa”, referindo-se ao acolhimento que recebeu depois de ter chegado na cidade de Camanducaia, nu, com frio e com fome. Ele passa alguns segundos tentando recuperar essa memória, sem sucesso. “Aconteceu alguma coisa bacana, bacana assim...”, então David começa a chorar. Um choro emocionado, possivelmente pela lembrança de que, depois de uma noite de tantos momentos de terror, conseguiu se sentir minimamente amparado por alguém naquela cidade.

Outra característica da literatura de testemunho destacada por Antonello diz respeito a um senso de justiça em relação àqueles que não sobreviveram aos processos de violência referenciados, e nesse caso, Antonello se reporta às experiências de violência coletivas, a exemplo da Segunda Guerra Mundial. Para o autor, dar testemunho de um ato de violência “retira todos aqueles que tombaram de seus túmulos, vingando-os. Vingando aqui encontra o sentido de vida, ‘vingar como uma planta’: dar testemunho também faz renascer, traz os afogados de volta à vida, retira-os do esquecimento” (Antonello, 2020, p. 108).

O filme parece estar atento à memória dos que não estão mais aqui quando, em um primeiro momento, confronta-se com o fato de que a maior parte dos documentos referentes aos garotos utilizam apenas suas iniciais para identificá-los. Ao longo do documentário, Tiago recupera os nomes próprios dos personagens, que também são revelados integralmente durante os créditos finais.



Figuras 4 e 5 - Frames do filme "Operação Camanducaia" (2020)

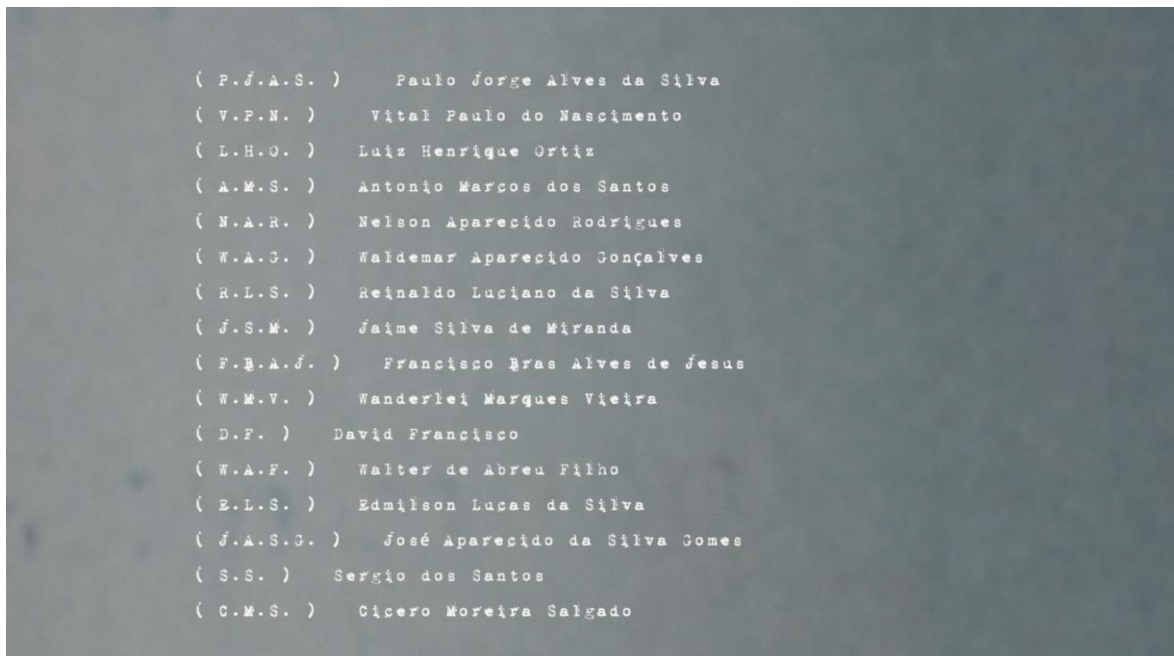


Figura 6 - Frame do filme "Operação Camanducaia" (2020)

Por muitos anos, as investigações referentes ao caso da Operação Camanducaia não produziram nenhum tipo de responsabilização, tendo sido arquivadas ou encerradas pelas autoridades competentes. Recentemente, entretanto, um dos sobreviventes obteve uma importante vitória judicial: Elizeu Messias, o idoso citado no início deste trabalho, que não conseguiu permanecer na sessão de exibição do filme por conta do mal estar causado pelas imagens, conseguiu reconhecimento, décadas depois, como vítima da violência policial efetuada: "Tenho raiva disso até hoje, cada vez que me lembro dá raiva. Você ser preso, torturado, sem ter cometido nenhum delito. É cruel isso aí... (...) O que importa é eles reconhecerem o que fizeram, pra mim, dinheiro não importa" (Borges, 2023).

A partir de seu relato, Elizeu se refere a um elemento bastante importante na discussão acerca dos eventos traumáticos: o reconhecimento e a legitimação do outro para o encaminhamento psíquico do processo, justamente aquilo que não ocorre na produção de um desmentido, elemento base da inscrição do trauma. Mas Antonello vai além dessa dimensão sobre o reconhecimento da dor pelo outro; é necessário também que o outro reconheça que o caráter de sofrimento não é possível de ser transmitido pela via da palavra. “A capacidade de testemunhar do sobrevivente repousa sobre a impossibilidade de narrar aquilo que é essencial e sobre o reconhecimento dessa impossibilidade” (Agamben, 2008, *apud* Antonello, 2020, p. 108). Seja a literatura de testemunho, seja o cinema documental, as obras carregam em si mesmas a insígnia de uma incapacidade de reproduzir os horrores da experiência original. Esse paradoxo - o reconhecimento da narração que é inenarrável - constitui um dos pilares do trabalho a partir do trauma.

O terceiro ponto destacado por Antonello sobre a literatura de testemunho diz respeito a como se pode fortalecer uma condição de sujeito, recuperando-se uma posição ativa diante dos acontecimentos ou da própria memória a partir da escrita, frente a um processo de desumanização e objetificação vivenciados em uma experiência traumática. Antonello aponta que há uma nítida diferença entre ser invadido pela repetição involuntária e ser “agente” dessa repetição. A inversão do eixo passivo para o ativo pode ser operada com ajuda da literatura de testemunho.

Neste ponto, o documentário apresenta uma posição distinta daquela exercida pela literatura de testemunho. Ao contrário dos exemplos de escrita apontados por Antonello, a iniciativa da realização do filme não partiu dos sobreviventes, mas chega a eles enquanto convite de Tiago para falarem sobre sua história. Entretanto, o fato de terem aceitado contá-la já é um indicativo de apropriação dessa narrativa, e a estrutura adotada pelo filme privilegia esse entendimento quando as falas dos três sobreviventes surgem após diversos outros momentos em que personagens distintos apenas conjecturam o que aconteceu. A concretude dos relatos dos sobreviventes contrasta com as especulações levantadas até então, o que parece fortalecer suas condições de senhores da própria palavra.

Wilson comenta que “na cabeça de quem tava naquela época lá, nunca esquece o que passou” (Operação Camanducaia, 2020), mas nem sempre essa lembrança consegue ser verbalizada, ouvida, inscrita na relação com o outro. Mesmo porque nem sempre é um relato fácil. Em determinado momento, David afirma: “Nunca parei pra conversar com ninguém sobre

isso porque nunca vi nada glorioso”, o que indica a importância de um espaço em que ele conseguiu colocar para fora uma história guardada por tanto tempo e, em alguma instância, reescrevê-la como sujeito.

Outro elemento que dialoga com o processo de humanização das crianças surge logo nas cenas iniciais, em que as fotografias dos jovens os mostram com os olhos cobertos por uma tarja preta, procedimento recorrente nas imagens de menores veiculadas pela mídia durante a ditadura militar. Conforme o filme avança, temos acesso a arquivos em que os olhares dos garotos são revelados, uma marca que parece buscar reverter um processo de objetificação e desumanização dos personagens.



Figuras 7 e 8 - Frames do filme “Operação Camanducaia” (2020)

Dessa forma, é possível perceber como, a exemplo da literatura de testemunho, o documentário “Operação Camanducaia” (2020) traz, à sua própria maneira, elementos de reinscrição da experiência traumática.

Considerações finais

O presente trabalho buscou analisar o documentário “Operação Camanducaia” a partir dos principais elementos abordados por Antonello na obra “Trauma, Memória e Figurabilidade na Literatura de Testemunho”, tendo como base o contexto de violência estatal praticada contra crianças e adolescentes pelo regime militar brasileiro.

Foi observado de que maneira as situações relatadas pelo filme se constituem como potencialmente traumáticas para os jovens vítimas de violência, principalmente quando já estão inseridos em uma cultura de desumanização propagada historicamente contra os “menores

abandonados”. Também foi analisado como o documentário em questão, à sua maneira, atualiza as noções de figurabilidade e de testemunho apresentadas por Antonello, contribuindo para a fabulação de novos desdobramentos acerca do trabalho com o material traumático.

É importante destacar que as respostas dos sobreviventes à experiência traumática também são plurais, evidenciando a singularidade de cada sujeito, algo importante de não se perder de vista em generalizações reducionistas. Quando perguntado sobre outras violências sofridas ao longo de sua história, Paulo responde que “prefere não contar” (Operação Camanducaia, 2020), e seu silêncio também se torna um poderoso discurso de posicionamento em não se deixar capturar por narrativas de violência. Por outro lado, quando Armando é perguntado sobre como foi a experiência de retornar à cena traumática, o ex-frentista responde: “É bom falar. Pouca gente sabe desses acontecimentos. É bom que mais gente saiba o que foi a ditadura militar”. Ao menos no espaço filmico construído, eles parecem ser agentes dessa dolorosa revisita.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, D. *Trauma, Memória e Figurabilidade na Literatura de Testemunho*. Curitiba: Appris, 2020.

BORGES, S. *Idoso torturado na ditadura processa o Estado: ‘Tenho raiva até hoje’*. Portal UOL. 8 abr. 2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/04/08/elizeu-messias-operacao-camanducaia-ditadura-militar.htm>>. Acesso em: 22 jun. 2025.

COMO São Paulo trata seus menores. *Jornal da Tarde*. 22 out. 1974.

DELEGADO esclarece. *Diário da Noite*. 24 out. 1974.

FERENCZI, S. *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In: *Obras Completas - Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-108.

FREUD, S. *Conferência XVII: fixação em traumas - o inconsciente*. v. 16. In: ESB. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imago, 1917/1989.

GANDARA, N. P. *São Paulo: 600 mil menores abandonados*. Revista Manchete. Rio de Janeiro: 3 mai. 1975.

GENTILE, R. *Torturado aos 17 pela ditadura, idoso em situação de rua será indenizado*. Portal UOL. 27 mar. 2023. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/colunas/rogerio->



[gentile/2023/03/27/torturado-aos-17-pela-ditadura-idoso-em-situacao-de-rua-sera-indenizado.htm](https://www.gentile/2023/03/27/torturado-aos-17-pela-ditadura-idoso-em-situacao-de-rua-sera-indenizado.htm)>. Acesso em: 22 jun. 2025.

O DRAMA dos menores. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 22 out. 1974, p. 3.

MARQUES, E., GILBERTO, R. *Ônibus para Camanducaia: Viagem do Terror*. Folha de São Paulo, 21 out. 1974, Caderno Local, p. 6.

OPERAÇÃO CAMANDUCAIA. Direção: Tiago Rezende de Toledo. Brasil: Cambuí Produções, 2020. 76 min, son., color. Digital.

POLÍCIA em guerra com os trombadinhas. *Notícias Populares*. 12 dez. 1974.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente* / Irene Rizzini, Irma Rizzini. – Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

SAFATLE, V. *O Circuito dos Afetos: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2a Ed. São Paulo: Autêntica, 2016.

SILVA, R. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Editora Ática, 1997.

TROMBADINHAS prejudicam as vendas de fim de ano. *Notícias Populares*. 12 dez. 1974.

TROMBADINHAS são calamidade pública. *Diário da Noite*. 22 dez. 1974.

WIKINSKI, M. *O trabalho da testemunha: testemunho e experiência traumática*. 2. ed. - São Paulo: Annablume, 2021.